

MARCELO ZENKNER
RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO

Coordenadores

COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianópolis de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Imagem de capa: Freepik

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C737	Compliance no setor público / Marcelo Zenkner; Rodrigo Pironti Aguirre de Castro (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020.
	411p.; 14,5cm x 21,5cm
	ISBN: 978-85-450-0740-1
	1. Direito Empresarial. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Municipal. I. Zenkner, Marcelo. II. Castro, Rodrigo Pironti Aguirre de. III. Título.
	CDD: 341.3
	CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ZENKNER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). *Compliance no setor público*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 411p. ISBN 978-85-450-0740-1.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

UM OLHAR PARA A REALIDADE: COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO.....	17
-------------------------------------------------------------	----

APLICAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO EM ESTADOS E MUNICÍPIOS E A QUESTÃO DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA

Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega	19
Uma breve introdução à Lei Anticorrupção.....	19
Os desafios para Estados, Municípios e Distrito Federal na aplicação da Lei Anticorrupção.....	22
A questão dos acordos de leniência	24
Conclusão	32
Referências.....	33

DIREITO PREMIAL E OS INCENTIVOS À INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Cristiana Fortini, Fernanda Santos Schramm.....	35
1 O panorama do <i>compliance</i> na Administração indireta	35
2 Direito Premial: o papel dos incentivos no reporte de irregularidades	40
3 Direito Premial e os custos de agência na Administração indireta	44
4 Considerações finais: o impacto do Direito Premial sobre o <i>compliance</i> da Administração Pública indireta	48
Referências.....	50

COMPLIANCE E LGPD: UMA EXIGÊNCIA TAMBÉM PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Éryta Dallette Fernandes Karl.....	53
-------------------------------------------	-----------

ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DE INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FEDERAL: UMA NECESSIDADE CONTEMPORÂNEA

Flávio Rezende Dematté, Márcio Denys Pessanha Gonçalves.....	63
1 Introdução	63
2 A promoção da integridade pública por meio de sistemas estruturadores.....	64
3 Sistemas de integridade pública orientados pelo comportamento.....	72
4 Conclusão	78
Referências.....	80

O PRINCÍPIO DA REALIDADE DA LINDB APLICADO À EXIGÊNCIA DE *COMPLIANCE* NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Irene Patrícia Nohara	83
1 Considerações introdutórias.....	83
2 Exigência de <i>compliance</i> segundo a Lei Anticorrupção	85
3 Programa de integridade e de conformidade pelo Município	88
4 Princípio da realidade e adaptação das exigências à realidade municipal	93
5 Conclusões	98
Referências	100

PREVENIR: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Isadora Jinkings Melo Silva, Fabiana Vieira Lima, Francisco de Holanda Bessa	101
-------------------------------------------------------------------------------------------	-----

A TRANSPARÊNCIA COMO FERRAMENTA DA LEGITIMAÇÃO DO AGIR ESTATAL POR MEIO DO IMPULSIONAMENTO DA EFICIÊNCIA E INTEGRIDADE GOVERNAMENTAIS

Leonardo de Araújo Ferraz	107
I Prolegômenos	107
II As transformações do Estado brasileiro e os contornos da eficiência como norma	111
III A luta contra a corrupção do postulado de um Estado ético	113
IV Transparência como vetor do controle social na busca de um Estado íntegro e eficiente	117
V Considerações finais	120
Referências	121

A PROTEÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO DENUNCIANTE COMO FUNDAMENTO DOS SISTEMAS DE INTEGRIDADE

Licurgo Mourão	123
1 <i>Whistleblowing</i> : panorama e desafios	123
2 Legislação Recompensadora dos Denunciantes (LRD)	126
3 O <i>whistleblower</i> no plano internacional: referenciais estrangeiros	130
4 A proteção de testemunhas e a proteção dos denunciantes	135
5 Tipologias de regulamentações de disparo de alerta.....	138
6 Vias de indicações ou denúncias.....	140
7 Meios destinados ao fomento e proteção de denunciantes.....	141
Conclusão	142
Referências.....	144

A CULTURA DA INTEGRIDADE COMO ALICERCE DA SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO BRASIL

Luciana Asper Y Valdés	147
1 Do contexto nacional, internacional e do impacto socioeconômico e financeiro da corrupção	147
2 Os preceitos de uma mudança de paradigma de negócios no Brasil	152
3 A cultura da integridade e os programas de <i>compliance</i>	155

INTEGRIDADE GOVERNAMENTAL E O NECESSÁRIO FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO

Marcelo Pontes Vianna	167
Introdução	167
1 <i>Compliance</i> no meio empresarial	169
2 Origem do controle interno	173
3 A integração das funções de controle interno com as demais funções de integridade	176
4 Desafios: a difusão do modelo de integridade governamental para toda a Administração Pública	179
Conclusão	181
Referências.....	182

SISTEMAS PÚBLICOS DE INTEGRIDADE: EVOLUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Marcelo Zenkner	185
1 Notas introdutórias.....	185
2 Proposta em tramitação no Congresso Nacional.....	189
3 Sistema de Integridade do Poder Executivo Federal.....	190
4 Sistema de Integridade do Estado do Espírito Santo.....	192
5 Sistema de Integridade do Estado de Santa Catarina.....	193
6 Sistema de Integridade do Estado do Paraná	194
7 Sistema de Integridade do Estado do Mato Grosso	195
8 Sistema de Integridade do Estado de Minas Gerais	196
9 Sistema de Integridade do Estado de Mato Grosso do Sul.....	198
10 Sistema de Integridade do Distrito Federal.....	199
Conclusões finais.....	199

CONTROLADORIA, PLANEJAMENTO E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Marco Aurélio Borges de Paula, Leila Insaurral de Moreno	201
Referências.....	208

A IMPORTÂNCIA DAS OUVIDORIAS PARA OS SISTEMAS DE INTEGRIDADE GOVERNAMENTAIS

Mário Spinelli	211
I Introdução	211
II Sistemas de integridade governamental.....	212
III Canais de denúncias para reportes de desvios éticos e de conduta	213
IV Anonimato e confidencialidade	216
V Tratamento e priorização de denúncias.....	217
VI Monitoramento do canal de denúncia	218
VII A operacionalização dos canais de denúncia.....	218
VIII O sistema de investigações de denúncias	219
IX O papel das ouvidorias na proteção dos denunciantes.....	220
X Considerações finais	221
Referências.....	222

A UTILIZAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS NOS CONTRATOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha	223
Introdução	223
1 A evolução do sistema de <i>compliance</i> e integridade do setor privado ao público	225
1.1 Breve síntese da evolução do sistema de <i>compliance</i> no setor privado.....	226
1.1.1 Gerações do <i>compliance</i>	226
1.1.2 Princípios fundantes da efetividade do sistema de <i>compliance</i>	229
1.2 Disseminação do <i>compliance</i> no setor público	230
1.2.1 <i>Compliance</i> público no cenário internacional.....	231
1.2.2 Cenário nacional e as primeiras iniciativas de <i>compliance</i> público no Brasil	232
2 Análise e gestão de riscos de <i>compliance</i> e integridade	234
2.1 Análise e avaliação dos riscos	235
2.1.1 Conceituação e fatores	235
2.1.2 Metodologia de avaliação	237
2.2 Gestão de riscos de <i>compliance</i> e integridade nos contratos públicos	241
2.2.1 Estratégias de gerenciamento	243
2.2.2 Medidas de mitigação.....	244
Conclusão	247
Referências.....	247

A ARTE DE EXIGIR PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ATO DE CORAGEM OU LOUCURA?

Mirela Miró Ziliotto	251
1 Introdução.....	251
2 A exigência de programas de integridade e <i>compliance</i> nas contratações públicas	255
3 Aspectos relevantes da exigência de implementação de programas de integridade e <i>compliance</i>	258
3.1 Constitucionalidade da exigência.....	259
3.2 Fiscalização e efetividade da exigência.....	263
3.3 O caso da Petrobras.....	267
4 Conclusão	270
Referências.....	271

ÉTICA E GESTÃO DA ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA

Nuno Miguel Cunha Rolo	275
1 Noções gerais e fundamentais de ética	275
2 Ética pública: perspectiva interna.....	282
2.1 Carta ética da Administração Pública	288
2.2 Cartas éticas, códigos de ética e códigos de conduta	291
2.2.1 Códigos de conduta: criação e procedimento administrativo	294
3 Ética pública: perspectiva internacional	301
4 Gestão da ética e ética como instrumento de gestão.....	303
4.1 Abordagens e instrumentos da gestão da ética	306
4.2 A gestão da ética na perspectiva da OCDE.....	308
5 Ética e profissionalismo: considerações finais	317
Referências.....	322

A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL À LUZ DO NOVO INSTITUCIONALISMO E DO ISOMORFISMO

Rodrigo Fontenelle de A. Miranda	327
Novo institucionalismo e isomorfismo	328
Gestão de riscos na Administração Pública	331
Conclusão	335
Referências.....	336

CONTRATAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA E A EQUIVOCADA ESCOLHA PELA MODALIDADE DO PREGÃO

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Mirela Miró Ziliotto	339
Introdução	339

1	A lógica da licitação no ordenamento jurídico brasileiro.....	340
1.1	Balizas constitucionais para contratação pela Administração Pública.....	341
1.2	Regime Jurídico Geral das Contratações Públicas – Lei Federal nº 8.666/1993	342
1.2.1	A contratação direta: dispensa e inexigibilidade.....	345
1.2.1.1	Inexigibilidade de licitação	346
1.3	O pregão	348
1.3.1	Hipóteses de cabimento	349
2	Inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos profissionais especializados.....	351
2.1	Requisitos	354
2.2	Posicionamento do Tribunal de Contas da União.....	356
2.3	Serviços de consultoria jurídica como serviços técnicos profissionais altamente especializados	358
3	Contratação de programas de integridade e <i>compliance</i> pela Administração	359
3.1	Sistema de <i>compliance</i> : serviço altamente complexo e prestado por profissionais técnicos dotados de notória especialização	362
3.2	A incompatibilidade da modalidade pregão com serviços jurídicos de implementação de <i>compliance</i>	364
	Conclusão	364
	Referências.....	365

A DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE E O GRAU DE RISCO DE INTEGRIDADE COMO FATORES LIMITADORES DO RELACIONAMENTO PÚBLICO-PRIVADO: QUESTÕES POLÊMICAS EM UMA ANÁLISE OBJETIVA

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro.....	367
-----------------------------------------------	------------

1	É possível solicitar o preenchimento de questionário de integridade aos interessados em contratar ou manter relacionamento com a Administração Pública?.....	367
2	Qual o momento oportuno para se exigir o preenchimento de questionário de integridade aos interessados em contratar ou manter relacionamento com a Administração Pública? É possível condição restritiva à participação em processos licitatórios, por exemplo?.....	368
3	É juridicamente possível, por meio de ato administrativo, ser estabelecido um Indicador de Grau de Risco para as empresas interessadas em contratar com a Administração?	373

A CONTRATAÇÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO À INTEGRIDADE E NÃO À CORRUPÇÃO

Tatiana Camarão.....375

- 1 A Lei Anticorrupção enquanto lei pró-integridade e a busca pelo aprimoramento da gestão das contratações e da governança institucional.....375
- 2 Da necessidade do diagnóstico e da providência profilática ante o prognóstico de uma corrupção endêmica da Administração Pública.....378
- 3 Conclusão.....388
- Referências.....388

COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA: A PERSPECTIVA DO CIDADÃO

Valdir Moysés Simão.....391

- 1 Introdução391
- 2 O controle na gestão pública394
- 3 A gestão da ética no setor público402
- 4 Conclusão403
- Referências.....404

SOBRE OS AUTORES.....407